

SIMULADO – BOM DE PROVA

1. Nos termos da Lei 12.342 de 28 de julho de 1994, eu insituiu o Código de Divisão Judiciária do Estado do Ceará, em relação a constituição, composição e alteração dos órgãos julgadores de 2ª instância, assinale a opção CORRETA

- a) A Justiça de Segunda Instância é constituída pelo Tribunal de Justiça.
- b) O Tribunal de Justiça tem sede na Capital, jurisdição em todo o território do Estado e compõe-se de 33 (trinta e três) desembargadores, nomeados entre juízes de última entrância, observado o quinto constitucional.
- c) O Tribunal possui órgãos julgadores, órgãos diretivos e, como integrante de sua estrutura administrativa, a Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará e a Associação Cearense de Magistrados.
- d) Ao Tribunal de Justiça é atribuído o tratamento de "Colendo" e a seus membros o de "Excelência", com o título de "Juiz Estadual de 2ª Instância" .
- e) A residência dos Desembargadores, para efeitos do Código de Organização Judiciária é todo o Estado do Ceará, contudo o seu domicílio é a capital do Estado.

2. Para uma melhor prestação jurisdicional em segundo grau o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará divide-se em Câmaras Cíveis e Criminiais, reunidas e isoladas. Em relação a composição

e funcionamento dessas câmaras assinale a opção correta:

- I - Funcionarão duas (02) Câmaras Cíveis Isoladas e duas (02) Câmaras Criminais Isoladas, todas ordinalmente enumeradas.
- II - 2º - Cada uma das Câmaras Isoladas constituir-se-á de quatro (03) Desembargadores.
- III - As Câmaras Reunidas, Cíveis e Criminais, são integradas pelos membros das respectivas Câmaras Isoladas.

Está correto apenas constante em:

- a) Somente a I está correta
- b) I e II estão corretas
- c) Somente a III está correta
- d) Somente a II está correta
- e) Nenhuma está correta.

3. Quanto à substituição dos desembargadores no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, assinale a INCORRETA.

- a) as substituições de desembargadores far-se-ão de acordo com o disposto no Regimento Interno do Tribunal de Justiça, observadas as disposições Código de Organização Judiciária do Estado do Ceará.
- b) O Presidente do Tribunal de Justiça é substituído pelo Vice-Presidente. O vice-presidente, pelo Corregedor. O Corregedor, pelos demais membros desimpedidos na ordem decrescente de antiguidade.
- c) O Desembargador que exercer a Presidência, em substituição, por período superior a trinta (30) dias, devolverá para redistribuição os feitos em seu poder e aqueles em que tenha lançado relatório, bem

como os que pôs em mesa para julgamento, mediante compensação. Os feitos em que seja revisor passarão ao substituto legal.

d) Os membros do Conselho da Magistratura, exceto o seu Presidente, nos casos de licença ou impedimentos, serão substituídos pelos respectivos suplentes.

e) As substituições de Desembargadores, a qualquer título, por período superior a 30 (trinta) dias, far-se-ão de acordo com o disposto no Regimento Interno do Tribunal de Justiça.

4. Em relação ao funcionamento dos órgãos do Tribunal de Justiça câmaras assinale a opção correta:

I - Os órgãos do Tribunal de Justiça funcionarão com a presença, no mínimo, da maioria simples de seus membros, em sessão ordinária ou extraordinária, conforme dispuser o Regimento Interno do Tribunal de Justiça.

II - O Tribunal Pleno e as Câmaras Isoladas realizarão uma sessão ordinária por dia, e as Câmaras Reunidas, Cíveis e Criminais, uma por semana, e o órgão especial do Tribunal de Justiça, uma vez por mês, conforme dispuser o Regimento Interno.

III - O Tribunal Pleno e o Conselho da Magistratura e a Escola Judicial serão presididos pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

- a) Somente a I está correta
- b) I e II estão corretas
- c) Somente a III está correta
- d) Somente a II está correta
- e) Nenhuma está correta.

5. Nos termos do que prescreve o Código de Organização Judiciária do Estado do Ceará, no que pertine à iniciativa do processo legislativo externo algumas matérias estão sujeitas ao conhecimento e deliberação do Tribunal Pleno, mediante proposição à Assembléia Legislativa. Dentre as opções abaixo assinale aquela que não contempla uma dessas competências.

- a) a alteração do número de seus membros;
- b) a criação e a extinção de cargos de juiz de primeiro grau, de serviços auxiliares e de juízes de paz;
- c) e a fixação de vencimentos dos magistrados, dos servidores de justiça e dos órgãos que lhe forem vinculados;
- d) a aprovação ou alteração do Regimento de Custas.
- e) Elaboração do Regimento Interno de seus órgãos julgadores e de controle.

6. Ao Tribunal de Justiça compete processar e julgar, originariamente:

- a) as representações de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais e municipais contestados em face das Constituições Federal e Estadual;
- b) as representações para intervenção em Municípios;
- c) os mandados de segurança e os habeas-data contra atos de Prefeito Municipal e Presidente de Câmara de Vereadores
- d) nos crimes comuns e de responsabilidade, o Governador, Deputados Estaduais, Juízes Estaduais, membros do Ministério Público e os Prefeitos Municipais,

ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;

e) os crimes contra a honra em que for querelante os Prefeitos Municipais.

7. Nos termos prescritos no Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará, quanto à competência do Tribunal de Justiça para processar e julgar originariamente, assinale a INCORRETA.

- a) as revisões criminais nos processos de sua competência;
- b) os embargos aos seus acórdãos;
- c) a execução de sentença nas causas de sua competência derivada, vedada a delegação de atribuição para a prática de atos processuais;
- d) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;
- e) as reclamações quanto ao modo de execução de seus acórdãos;

8. Nos termos prescritos no Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará, quanto à competência do Tribunal de Justiça para processar e julgar em grau de recursos, assinale a INCORRETA.

- a) os embargos infringentes opostos a acórdãos das Câmaras Cíveis Reunidas
- b) Os embargos em ações rescisórias e em recursos de despachos que não admitirem embargos infringentes opostos a acórdãos das Câmaras Cíveis Reunidas
- c) os agravos de despachos do Presidente que, em mandado de segurança, ordenarem a suspensão da execução de medida liminar
- d) Os agravos à de sentença concessão em sede de Mandado de Segurança
- e) os embargos aos seus acórdãos.

9. Dentre as ações de competência originária do Tribunal de Justiça, terão prioridade de julgamento, EXCETO:

- a) O mandado de segurança
- b) O habeas-data
- c) A ação rescisória
- d) O habeas-corpus
- e) O mandado de injunção

10. Nos termos prescritos no Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará, no tocante à competência administrativa originária do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, assinale a INCORRETA

- a) Processar e julgar os procedimentos administrativos instaurados para apuração de incapacidade dos magistrados;
- b) prover, na forma da Constituição Estadual, os cargos da magistratura estadual de carreira, de primeiro e segundo graus;
- c) aposentar os magistrados e os servidores da Justiça.
- d) conceder licença, férias e outros afastamentos aos magistrados e servidores que lhe forem vinculados;
- e) encaminhar as propostas orçamentárias do Poder Judiciário Estadual ao Poder Executivo;

11. Dentre as opções abaixo, assinale aquela que contemple uma competência originária administrativa do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

- a) solicitar, quando cabível, a intervenção federal nos municípios do

Estado do Ceará, nas hipóteses de sua competência;

- b) organizar as secretarias e os serviços auxiliares do Tribunal, provendo-lhes os cargos, por intermédio do Corregedor-Geral, na forma da lei;
- c) baixar regulamento do concurso de provas e títulos de ingresso na magistratura de carreira;
- d) indicar magistrados, juristas e respectivos suplentes para composição do Tribunal Regional Federal da respectiva Região;
- e) conceder remoção e permuta aos Desembargadores de uma comarca para outra.

12.No tocante à competência originária administrativa do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, analise os itens abaixo e assinale a opção correta.

- I - aplicar sanções disciplinares a magistrados.
- II - decidir, mediante Portaria Conjunta, sobre a denominação de Fóruns nas diversas comarcas.
- III- empossar o Presidente, o Vice-Presidente, o Corregedor-Geral de Justiça, Desembargadores, Juízes e servidores efetivos ou comissionados nomeados;

Está correto apenas o disposto em:

- a) I e II estão corretos.
- b) I e III estão corretos
- c) II e III estão corretos
- d) Nenhum item está correto
- e) Todos estão corretos.

13.Quanto a indicação de Desembargadores e Juízes de Direito para compor o Tribunal Regional Eleitoral, em observância ao que dispõe o Código de Divisão

e Organização Judiciária, assinale a opção CORRETA.

- a) Os Desembargadores indicados a compor o Tribunal Regional Eleitoral serão escolhidos pelo Tribunal de Justiça, por sua composição plenária, mediante eleição, em votação aberta, dentre os seus membros.
- b) Não poderão integrar o Tribunal Regional Eleitoral o Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, não havendo óbice quanto aos demais membros.
- c) Os Desembargadores e os Juízes de Direito indicados para compor o Tribunal Regional Eleitoral, salvo motivo justificado, nele terão exercício por 2 (dois) anos, veda a condução.
- d) Os substitutos serão escolhidos na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria
- e) Os juristas a integrar o Tribunal Regional Eleitoral serão nomeados pelo Governador do Estado, dentre 3 (três) advogados de notável saber jurídico e com idoneidade moral, escolhidos pelo Tribunal de Justiça, por sua composição plenária, mediante eleição, após expedição de edital de inscrição, com prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação no Diário da Justiça do Estado.

14.Analise as proposições abaixo e assinale a opção correta:

- I - As decisões administrativas do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará serão motivadas e tomadas em sessão pública, as disciplinares, tomadas pelo voto de 3/5 dos membros do Tribunal.
- II - O ato de remoção, disponibilidade ou aposentadoria de magistrado, por

interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria simples dos membros do Tribunal, presente a maioria absoluta dos membros da corte, assegurada a ampla defesa.

III - Compete ao Tribunal Pleno deliberar sobre a promoção, remoção, permuta e acesso de magistrados.

- a) Somente o item I está correto.
- b) Somente o item II está correto.
- c) Somente o item III está correto.
- d) I, II e III estão corretos.
- e) Nenhum item está correto.

15.No tocante à matéria administrativa prescrita no Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará, assinale a INCORRETA. O Tribunal Pleno é competente para processar e julgar os recursos:

- a) das decisões do Conselho da Magistratura;
- b) de pedido de licenças, férias e vantagens, assim como de sanções disciplinares;
- c) das decisões administrativas sobre licitações, contratos e alienações;
- d) sobre concursos públicos para provimento de cargos de Juiz Substituto, bem como de cargos do pessoal administrativo e auxiliar do Poder Judiciário.
- e) Da decisão que concedeu remoção e permuta aos Desembargadores de uma para outra Câmara.

16.O Presidente do Tribunal de Justiça funcionará como relator EXCETO em:

- a) exceções de suspeição de Desembargadores.
- b) conflitos de competência entre órgãos fracionários do Tribunal;
- c) nas ações de *Habeas Corpus*
- d) processos de incapacidade, remoção compulsória, disponibilidade de magistrado;

e) demais processos administrativos disciplinares contra Desembargadores;

17.Compete ao Presidente do Tribunal de Justiça. Assinale V ou F:

- 1. Representar o Tribunal de Justiça em suas relações com os demais Poderes;
- 2. Conceder licenças e vantagens previstas em lei a magistrados, serventuários e servidores do Poder Judiciário, e apreciar, originariamente, justificativas de faltas;
- 3. Ordenar o pagamento resultante de sentenças proferidas contra a Fazenda Pública, independente das possibilidades das dotações orçamentárias de créditos consignados ao Poder Judiciário.
- 4. Nomear e empossar serventuários e servidores do Poder Judiciário

A sequência correta é:

- a) VVVF
- b) VFVF
- c) VFFV
- d) VVFF
- e) FVVF

18.Em observância ao Código de Divisão e Organização Judiciária assinale a opção correta:

- a) O Presidente do Tribunal de Justiça será auxiliado em suas atividades por 2(dois) Desembargadores que compõem Câmaras Cíveis e 2(dois) Desembargadores que compõem Câmaras Criminais, de sua livre escolha.
- b) O Presidente do Tribunal de Justiça será auxiliado em suas atividades por no mínimo 4 (quatro) Juízes de Direito de qualquer comarca do Estado, de sua livre escolha.

- c) O Presidente do Tribunal de Justiça será auxiliado em suas atividades por até 6 (seis) Juízes de Direito, sendo 02(dois) de Comarca da Capital e 04(quatro) das Comarcas do Interior do Estado, devendo sua escolha ser referendada pelo Tribunal de Justiça, em sessão plenária.
- d) O Presidente do Tribunal de Justiça será auxiliado em suas atividades por até 2 (quatro) Juízes de Direito da Comarca da Capital, devendo sua escolha ser referendada pelo Tribunal de Justiça, em sessão plenária.
- e) O Presidente do Tribunal de Justiça será auxiliado em suas atividades por até 4 (quatro) Juízes de Direito da Comarca da Capital, devendo sua escolha ser referendada pelo Tribunal de Justiça, em sessão plenária.

19.Nos termos do que prescreve o Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará, não compõe a Justiça de Primeira Instância:

- a) Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais;
- b) Tribunais do Júri;
- c) Juízes Leigos dos Juizados Especiais ;
- d) Juízo Militar;
- e) Justiça de Paz.

20.Conforme preceitua o Código de Organização Judiciária do Estado do Ceará, cada Vara da Comarca de Fortaleza terá sua Secretaria, supervisionada pelo Juiz Titular e dirigida por um Diretor de Secretaria, DNS-3 nomeado em comissão pelo Presidente do Tribunal de Justiça após livre indicação por escrito do respectivo Juiz Titular da Vara, dentre Bacharéis em Direito, Administração, Ciências Contábeis, Economia e Ciências Sociais. Competindo-lhe EXCETO:

- a) exhibir os processos para consulta pelos advogados e prestar informações sobre os feitos e seu andamento;
- b) expedir certidões extraídas de autos, livros, fichas e demais papéis sob sua guarda;
- c) abrir vista dos autos aos advogados, aos Defensores Públicos e ao representante do Ministério Público, ainda que não determinado pelo juiz, privilegiando a ampla defesa e o contraditório..
- d) elaborar editais para publicação oficial e em jornal local;
- e) expedir mandados, ofícios, cartas precatórias, cartas rogatórias e outros expedientes determinados pelo Juiz da Vara;

21.As Secretarias das Varas adotarão os seguintes livros, de acordo com a necessidade de seus serviços:

- I - Livro de Registro de Sentenças;
- II - Livro "Rol dos Culpados";
- III - Livro de Registro de Armas, com espaço para anotação do destino final;
- IV - Livro de Atas do Tribunal do Júri;

Está correto o que consta em.

- a) I, III e IV
- b) II, III e IV
- c) I, II, III
- d) I, II e IV
- e) I, II, III e IV.

22.Para nomeação e posse, em decorrência de concursos público, a qualquer dos cargos de servidores do Poder Judiciário o candidato de provar:

- a) ser brasileiro nato já que se trata de carreira de Estado;
- b) deserção do serviço militar;
- c) inidoneidade moral;
- d) suspensão dos direitos políticos;

e) ser eleitor;

23. Sobre o instituto da remoção no âmbito do serviço público do Poder Judiciário do Estado do Ceará, é CORRETO afirmar.

- a) A Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do quadro permanente do Poder Judiciário, que implique mudança de sede ou comarca e independentemente de entrância.
- b) A remoção dar-se-á de ofício, no interesse da Administração, ainda que exista voluntários para preenchimento do claro de lotação;
- c) A remoção, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará, proceder-se-á a pedido do servidor, mediante permuta, vinculando a Administração
- d) A remoção poderá ser a pedido do servidor, para outra localidade, independentemente de vaga e do interesse da Administração, em virtude de processo seletivo, promovido na hipótese de o número de vagas oferecidas ser menor que os servidores interessados na remoção, de acordo com os critérios a serem definidos em Resolução do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.
- e) A remoção poderá ser a pedido do servidor, para outra localidade, independentemente de vaga e, a critério da Administração, para acompanhar cônjuge ou companheiro ou por motivo de saúde do requerente, do seu cônjuge, companheiro ou dependente, neste último caso comprovado o motivo;

**GABARITO - QUESTÕES
BOM DE PROVA**

1	2	3	4	5	6	7
A	C	B	E	E	B	C
8	9	10	11	12	13	14
E	C	D	C	B	D	C
15	16	17	18	19	20	21
E	C	B	E	C	C	E
22	23					
E	D					